

Direito À Assistência E Dignidade: Uma Discussão Além Da Descriminalização Do Aborto

Right To Assistance And Dignity: A Discussion Beyond Abortion Decriminalization

Ana Carolina Fleury¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o papel da mulher na sociedade enquanto sujeito de igualdade em direitos, além de analisar historicamente os movimentos, lutas e conquistas contra o patriarcado. Terá como foco a análise dos direitos e garantias constitucionais, a liberdade sexual e a função do Estado como garantidor da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chaves: dignidade da pessoa humana; aborto; direitos humanos.

Abstract: This article aims to discuss the role of women in society as a subject of equality in rights, and historically analyze the movements, struggles and achievements against patriarchy. Will focus on the analysis of constitutional rights and guarantees, sexual freedom and the role of the state as guarantor of human dignity.

Keywords: human dignity; abortion; human rights

Histórico e paralelo legal

A partir de 1970, houve uma intensificação, no contexto do movimento feminista, na luta para a reforma do Código Penal no que se referia ao aborto. Apesar de a legalização do aborto sempre ter sido uma das prioridades dos direitos humanos das mulheres, por muitas vezes o foco teve que ser desviado, pois havia necessidade de lutar por assuntos referentes a métodos contraceptivos e natalidade, já que naquele momento, eram mais necessários que o aborto de forma isolada.

A noção de autonomia sexual e reprodutiva foi, inicialmente, ligado à saúde e, mesmo depois dos anos de 1980, quando o termo foi mais debatido, acabando por envolver todas as perspectivas relacionadas à reprodução e, ainda, posteriormente, em duas conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), em que o Brasil foi signatário dos documentos finais de ambas e não houve efetiva garantia de políticas públicas.

¹ Especialista em Direito Público pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus; Pós-graduanda em direito penal e processual penal pela ATAME. Email: anacarolinafleury@gmail.com

O fato de ter a opção de escolha de ter ou não filhos, além de poderem exercer com liberdade seus direitos sexuais ainda permanecem como necessidade para alcançar a justiça social e para, de fato, se fazer democracia.

O conceito de cidadania está diretamente ligado aos movimentos sociais, especialmente, quanto aos movimentos de mulheres, negros, homossexuais, dentre outros, sendo assim, base para a construção de nova noção de cidadania.

Profundamente enraizado na cultura brasileira e baseado predominantemente em critérios de classe, raça e gênero, esse autoritarismo social se expressa num sistema de classificações que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade. Essa noção de lugares sociais constitui um código estrito, que a casa e a rua, a sociedade e o Estado. É visível no nosso cotidiano até fisicamente: é o elevador de serviço, a cozinha que é o lugar da mulher, cada macaco no seu galho etc. etc. (DAGNINO, 1994, p.2).

Conforme Cynthia Mara Miranda (Descarries, 2002), a trajetória do movimento feminista durante, principalmente, o final do século XX até os dias de hoje, luta visando uma sociedade alternativa e coloca como objetivo a abolição, ou ao menos transformação profunda, da ordem patriarcal e de seu poder regulador, em nome de princípios de igualdade, de equidade e de justiça social.

Excelente exemplo de movimento feminista é a Marcha das Vadias que ocorre em todo o mundo, tendo iniciado na cidade de Toronto em 2011, como resposta à declaração de um policial em um fórum sobre segurança no *campus* de que, para não serem estupradas, as mulheres não deveriam vestir-se como vagabundas. O corpo tem um importante e duplo papel na *marcha*: é objeto de reivindicação (autonomia das mulheres sobre seus corpos) e é também o principal instrumento de protesto, suporte de comunicação. É um corpo-bandeira. Ao subverter o uso acusatório do termo "vadia", a *marcha* reivindica o termo para si e o ressignifica positivamente como "empoderamento" (Gomes e Sorj, 2014).

Segundo Pimentel e Villela, a introdução da defesa da legalização do aborto na agenda política definiu fronteiras entre o movimento feminista e o movimento de mulheres, mais voltados para a garantia de acesso a equipamentos sociais que para a conquista de autonomia.

Como já dito anteriormente, o aborto envolve muito mais que os aspectos legais. Envolve problemáticas de natureza ética, religiosa, política, social e histórica, além da necessária análise de questões psicológicas, principalmente no período de pós-aborto ou durante e após uma gravidez indesejada, envolvendo a mulher, a criança e, muitas vezes, toda a família.

Nas palavras de Marcela Giorgi Barroso:

O direito fundamental ao próprio corpo foi suprimido das mulheres quando institucionalizou-se a ideia de que a maternidade por ser um dom natural é obrigatória para as mulheres. (2010, p. 112)

Segundo consta no documento referente às estatísticas do aborto, realizado na Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal², há cerca de 100.000 (cem mil) abortos por ano no Brasil. Entretanto, diversamente dos dados disponibilizados pelo Senado, foi registrado cerca de um milhão de abortos anualmente e que uma em cada cinco mulheres já adotou essa prática, conforme pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde³ em parceria com organizações de mulheres.

Legalizar o aborto diminui, sim, a mortalidade materna no que se refere a casos realizados clandestinamente, sendo que na maioria vezes, essa ação causa graves lesões e sequelas físicas e mentais para a mulher.

Além disso, várias são as pesquisas brasileiras que mostram o ônus causado pela criminalização do aborto, já que diante das várias possíveis complicações resultantes da referida prática, configuram gastos significativos para o poder público.

A prática do aborto, acaba por constranger e amedrontar mulheres, não apenas por causa do fato de ser crime tipifica no Código Penal brasileiro, mas sim pela ideia difundida pela sociedade, de que sua realização fere princípios religiosos, principalmente nos dias atuais, diante da bancada conservadora e religiosa no Poder Legislativo brasileiro, que está dificultado os avanços dessa luta.

Pode-se considerar que:

[...] ‘pensar no aborto é pensar em vários valores muito fortes, como a vida humana’ (quando ela começa seus significados), a família, a maternidade e o individualismo (com a questão dos direitos individuais). Esses valores estão presentes tanto nos processos de tomada de decisão com relação à interrupção da gravidez, quanto no debate público sobre a questão, e tornam a discussão bastante polêmica (ARNAUD, 2008, p.17).

O posicionamento favorável ao aborto no campo político contraria interesses da sociedade porque esta é movida por um sentimento religioso e, assim, encaram este fato como um assassinato.

O foco deste trabalho, entretanto, não concentra-se na questão do aborto por si só, se deve ser descriminalizada ou não a conduta da mulher, mas sim tratar da vida que a mulher e criança vão levar após a coibição por parte do Estado.

² Disponível em: <http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=cb60d9e7-b40d-4395-b03e-18623fe770e9;1.0>

³ Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livreto.pdf>

Em vários casos, deixar a mulher sem opção em relação ao seu corpo e os rumos de sua vida parece, tranquilamente, uma forma desumana de limitar a vida da mulher em sociedade, seja no lado profissional, acadêmico e pessoal.

Só a partir da década de 1990 é que o direito de ter ou não ter filhos e, principalmente, quando tê-los, vieram à tona, porque foram enunciados em documentos elaborados em Viena, Cairo e Pequim.

Conforme o estudo de Schraiber, D'Oliveira, Falcão e Figueiredo:

O acesso a serviços de diversas naturezas, como veremos, é fundamental para garantir às mulheres em situação de violência formas de solução para o problema, e a responsabilidade de efetivar essas políticas é do Estado. Sem isso, não há respeito à liberdade e à dignidade individual. (2005, p. 115)

Vale citar a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, realizada em Belém do Pará:

Artigo 5º - Toda mulher poderá exercer livre e plenamente seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e contará com a total proteção desses direitos consagrados nos instrumentos regionais e internacionais sobre direitos humanos. Os Estados Partes reconhecem que a violência contra a mulher impede e anula o exercício desses direitos.

Artigo 6º - O direito de toda mulher a uma vida livre de violência inclui, entre outros:

- a. o direito da mulher de ser livre de toda forma de discriminação, e
- b. o direito da mulher ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e práticas sociais e culturais baseadas em conceitos de inferioridade ou subordinação.

Segundo Boemer & Mariutti, no que se refere às emoções experienciadas pelas mulheres na vivência do aborto induzido inseguro, os estudos demonstraram a existência de sensações de ambiguidade, com a presença de alívio e bem-estar junto com sentimentos de dor, culpa, medo, tristeza e sensação de perda.

Estes sentimentos podem ser associados a criminalização do aborto ou pela situação de medo e solidão das mulheres que optam pelo não exercício da maternidade. Segundo Romio, Roso, Cardinal, Basso e Pierry:

(...) o efeito emocional a longo prazo da prática do aborto inseguro à saúde mental das mulheres, dos efeitos à saúde de uma tentativa frustrada de aborto, da necessidade de se pensar a correlação entre desejo de abortar e sofrimentos após o nascimento da criança e, por fim, as condições de atenção à saúde ofertadas às mulheres, que buscam serviços de saúde devido a complicações pós-abortamento. (2015, p.18)

Neste sentido, compreender o aborto como uma questão de saúde pública em um Estado laico e plural representa um novo caminho de argumentações, no qual o campo da

saúde pública no Brasil suscita complexas e relevantes evidências para o debate (DINIZ, 2007).

Percebe-se com a evolução da sociedade que caminha para a legalização, principalmente, ao analisar os casos já descriminalizados, como o aborto necessário - quando não há outra maneira de salvar a vida da gestante -, o aborto no caso de gravidez resultante de estupro e no caso de microcefalia, de acordo com histórica decisão do STF na ADPF 54⁴.

A criminalização do aborto viola os direitos das mulheres a sua autodeterminação reprodutiva, violando assim seus direitos humanos (SYDOW et al., 2011), além de se tratar de decisão complexa, deve-se analisar a questão de ser uma gravidez planejada ou não, além da polêmica em torno de métodos contraceptivos que não garantem eficácia máxima e a ideia propagada de que engravida quem quer.

A título de exemplo, um dos métodos contraceptivos mais eficazes é o anticoncepcional hormonal combinado oral que o índice de falhas do método nos diversos estudos tem variado de 0,1 a 0,7 gestações por 100 mulheres-ano⁵. Em contrapartida, os métodos de barreira, ou as camisinhas, são considerados os mais antigos e persistem até os nossos dias, sendo que suas falhas variam entre 12 e 14 por 100 mulheres-ano⁶.

A gestação é vista pela sociedade geral como algo próprio da mulher e acaba por impor a elas a total responsabilidade acerca das questões reprodutivas. A responsabilidade masculina e do Estado acabam por serem excluídas, tanto diante da gravidez em que a mãe opta em ter a criança e acaba sozinha na tarefa de criar um filho, tanto na vida da que pratica um aborto clandestino e resta este efetivado, quanto no caso de um aborto frustrado ou nem mesmo tentado em que a mulher é obrigada a assumir todos encargos, como já dito.

A questão é que não há muitas pesquisas, principalmente recentes acerca da situação de pós-abortamento frustrado ou pós-gravidez indesejada no que se refere a efetivação por parte do Estado dos direitos e garantias fundamentais da mãe e do filho.

Prefere-se proteger toda um estigma social e histórico em torno da figura da mulher, do que uma vida - ou mais - que será frustrada, amedrontada e acuada, por irresponsabilidade jurídica e legislativa, preconceito, ignorância e omissão. Se opta por pensar na atitude da mulher que aborta, do que na mãe que essa mulher se tornará e na criança que restará vivendo num Estado que muito cobra, mas que, também, muito se omite.

⁴ Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf54.pdf>

⁵ Dados disponíveis em: http://www.ceamejacarei.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=65

⁶ Ibidem

Não se trata de ser pró-aborto, ninguém no mundo o é, especialmente da forma simplista em que é tratado. Trata-se de não criminalizar a escolha, de não abandonar a mulher e, principalmente, essa nova vida que, a partir de seu nascimento, passa a ser ignorada diariamente nas esquinas da cidade.

Direitos e garantias fundamentais das mulheres

O processo de redemocratização alterou em vários aspectos a figura da mulher, especialmente no que tange a maternidade e inserção no mercado de trabalho, visando, assim, romper com os tradicionais conceitos de dominação, buscando conciliar seus direitos reprodutivos com os direitos à uma vida digna.

Em 1984, o Brasil já havia adotado a Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher, esta que garante a igualdade entre os gêneros, sendo importante destacar o art.7º, XXX do diploma constitucional que proíbe a disparidade salarial entre homens e mulheres, além de, em seu inciso XX, prever a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.

A Constituição de 1988 ratificou a igualdade de direitos e de obrigações entre homens e mulheres, direito a dignidade e, nessa caminhada, criou importantes direitos como a licença-paternidade, direitos para empregadas domésticas e, aqui enfatizado, o direito à creche.

Em 1988, pela primeira vez na história brasileira, consagra-se a igualdade entre homens e mulheres como direito fundamental, nos termos do art.5º, inciso I do texto (PIOVESAN, 2008).

O artigo 226, §5º da Carta Mãe ainda afirma que os direitos e deveres que se referem à sociedade conjugal deve ser exercido de forma igual pelos homens e pelas mulheres, portanto, com tal aparato legal, deve-se procurar entender o porquê de haver uma disparidade tão grande quando se trata de conseguir construir uma carreira e ter uma profissão.

Servem de exemplo da crescente articulação feminina que luta pelos direitos fundamentais das mulheres: Campanha A Impunidade é Cúmplice da Violência (1993); Revisão Constitucional Nenhum Direito a Menos (1993); Mobilização para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1994-95); Campanha Nacional pela vida das Mulheres (1995); Campanha Mulheres Sem Medo do Poder (1996); Campanha Sem os Direitos das Mulheres os Direitos não são humanos (1998); Marcha Mundial das Mulheres contra a Fome, a Pobreza e a violência Sexista (2001); Marcha das Margaridas (manifestação anual das

trabalhadoras rurais) (2001); Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero (2003); I Conferencia Nacional de Políticas para as Mulheres (2004); I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004/2007); II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2007); II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008/2011) (BRASIL, 2010:31).

Fato é que a Constituição reconhece vários direitos envolvendo questões de interesse da mulher brasileira, entretanto, há que se analisar a efetivação e positivação dos princípios fundamentais e garantias constitucionais envolvendo a figura feminina.

Quase trinta anos depois da promulgação da Carta Cidadã, entretanto, o Estado continua negando direitos às mães trabalhadoras e a seus filhos, abrindo mais espaço para a incidência da violência de gênero e indo em direção contrária ao que se propõe e, também, ao que nega às mulheres: o direito sobre o próprio corpo.

Os direitos humanos de 2ª geração são as prestações estatais positivas que buscam ratificar oportunidades iguais através de políticas públicas e ações afirmativas, subdividindo-se em direitos sociais, econômicos e culturais, sendo assim, resultam no poder de exigir do Estado prestações que garantam uma vida digna a todos.

Neste ponto, depara-se com a obrigação do Estado, diante dos direitos fundamentais com as quais se compromete, a possibilidade de reivindicar a existência de creches e escolas que sejam capazes de abrigar os filhos das mulheres trabalhadoras e estudantes, seja dentro ou fora do ambiente que desenvolvam suas atividades.

A participação feminina no mercado de trabalho cresce a cada dia, sendo que entre 1950 e 2010, a participação masculina passou de 80,8% para 49,9%, ao contrário da participação feminina que triplicou, passando de 13,6% para 49,9%.⁷

Há que se fazer um paralelo entre a história das creches, movimento feminista e o estado democrático de direito, já que parecem caminhar juntos, todos desenvolvendo-se conforme se estabelecem na sociedade.

Ainda, devem ser analisados os muitos direitos e garantias conferidos às mulheres, vez que se amoldam perfeitamente a situação de mães que trabalham e verificar se estes direitos conseguem sair do papel, já que refletem diretamente na dignidade dos envolvidos.

⁷ Fonte: Censos Demográficos do IBGE – 1950 a 2010

Questiona-se o interesse de um estado moldado no patriarcado na vida das mulheres, já que mesmo dentro dos movimentos feministas, há uma certa resistência a vertente mães, especialmente as solteiras, maioria dentre a minoria.

Será que um Estado que nega frequentemente os direitos das mulheres em diversas situações e, inclusive e principalmente no que se refere aos direitos ao próprio corpo, tem interesse em efetivar políticas que tratem e positivem a possibilidade de vida digna e desenvolvimento à trabalhadoras e seus filhos?

O Estado e sua responsabilidade social.

Inegável é que o verdadeiro responsável pela garantia da dignidade da mulher, mãe, trabalhadora e de suas crias é do Estado, já que oprime e controla desde sempre a situação da mulher em situações que deveriam interessar apenas a ela mesma,

Um Estado que prefere, a título de exemplo, criminalizar o aborto pode dar-se o luxo de não se importar com os frutos de seus desígnios?

Pode dar-se o luxo de violar garantias constitucionais, internacionais e humanas para continuar se portando como pró-vida, quando, na verdade, não passa de pró-nascimento? Haja vista que o Estado não permite que se pratique um aborto, mas não se incomoda com as crianças e mães pedintes diários nos faróis.

Se o Estado quer impor, ele deve arcar com políticas públicas que garantam, ao menos, que a mulher tenha oportunidade na jornada de buscar uma vida justa e digna junto aos seus filhos.

Apesar da longa jornada dos movimentos feministas até aqui, são tempos sombrios para os direitos das mulheres e, também para sua participação na sociedade, isto desde o papel na família até o papel político.

A realidade é a de uma sociedade que continua a ignorar às mães que buscam se capacitar e traçar uma jornada rumo a dignidade, seja por parte de empresas que não possibilitam a contratação de mulheres, até mesmo universidades e escolas que excluem suas alunas a ponto de fazê-las desistir.

É necessário compreender que a violência de gênero existe numa pirâmide que se baseia nos papéis tradicionais e caminha de braços dados até o topo, onde acontecem mortes, estupro, prostituição e todos os tipos de danos existentes que envolvem a mulher e, neste meio, estão as mães

Os depoimentos e experiências vivenciadas por mulheres que decidem - ou não - ter um filho e continuar a trabalhar ou estudar são assustadores, mas nada se compara a crueldade que é o tratamento que recebe perante a sociedade.

O Estado deve se afirmar no que se refere às transformações dos papéis da mulher na sociedade, buscando positivar a possibilidade de busca pela igualdade de direitos, considerando, principalmente, o princípio da isonomia, onde mulheres devem ser tratadas igualmente na medida de suas desigualdades.

A romantização da maternidade, a ideia de que ser mãe é o destino final, os padrões impostos, o conservadorismo religioso, as negativas de direitos, contribuem para que as violações a direitos humanos das mulheres continuem acontecendo.

A sociedade repugna mães: a escola não as aceita, a faculdade faz de tudo pra que desistam e o mercado de trabalho é ignorância pura. Não há, no geral, o mínimo interesse, seja por parte de instituições privadas, seja por parte de instituições públicas em cooperar com essas mulheres.

O Estado afirma: não se pode abortar, não é possível estudar e, aparentemente, trabalhar não é uma realidade, portanto, sintam-se à vontade para morrer, ou pior, atrevam-se a viver.

Já existem coletivos, páginas e movimentos de luta que reivindicam os direitos das mulheres e de seus filhos, o que demonstra que o problema, além de atual, é de extrema importância na construção de uma sociedade justa e um futuro saudável e possível onde todos ganham.

Resta claro que quando a mulher procria, ainda existe por parte tanto de empregados, quanto de trabalhadores, discriminação e muita desigualdade e conforme Antonio Augusto Cançado Trindade⁸:

O Direito dos Direitos Humanos não rege as relações entre iguais; opera precisamente em defesa dos ostensivamente mais fracos. Nas relações entre desiguais, posiciona-se em favor dos mais necessitados de proteção. Não busca obter um equilíbrio abstrato entre as partes, mas remediar os efeitos do desequilíbrio e das disparidades. Não se nutre das barganhas da reciprocidade, mas se inspira nas considerações de *ordre public* em defesa de interesses superiores, da realização da justiça. É o direito de proteção dos mais fracos e vulneráveis, cujos avanços em sua evolução histórica se tem devido em grande parte à mobilização da sociedade civil contra todos os tipos de dominação, exclusão e repressão. Neste domínio de proteção, as normas jurídicas são interpretadas e aplicadas tendo sempre presentes as necessidades prementes de proteção das supostas vítimas.

⁸ Apresentação da obra de FLÁVIA PIOVESAN in Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional, ed. Max Limonad, 1996, São Paulo, p. 20

Para que seja possível defender os mais fracos, surgem, por parte de diversos organismos internacionais, políticas públicas e sociais criando mecanismos de resguardo às mulheres trabalhadoras.

A história dos direitos da mulher na parte referente aos direitos do trabalho, divide-se em três grandes partes (MANUS, 2000): a primeira é o período de transição entre a proibição e proteção do trabalho da mulher, desde o início da República até o Estado Novo, enquanto o segundo momento inicia-se com a proteção e vai até a promoção da igualdade e, por fim, no terceiro momento se verifica a promoção da igualdade entre o trabalho da mulher e o do homem e que se inicia com a Constituição Federal, perdurando até os dias de hoje.

Ao contrário do que se perpetua de que a mulher com filho compromete o rendimento do trabalho, que a licença maternidade é muito mal vista pelas empresas, dentre outras, mas o que realmente se vê é que a necessidade de renda quando diante da maternidade, impulsiona a mulher a trabalhar ainda mais.

No Brasil ainda não há orientações de políticas públicas para que auxiliem mulheres trabalhadoras a conciliar trabalhos e responsabilidades familiares, nem mesmo há real incentivo para que haja a contratação de mulheres com filhos e, apesar de ter acontecido uma certa expansão da educação infantil, a maior parte das crianças ainda está fora daquela, isto resultado do estereótipo de que a educação infantil cabe, em sua maioria, as mães.

No trabalho de Cristina Bruschini, Maria Rosa Lombardi, Cristiano Miglioranza e Arlene Ricoli⁹, aumentou-se a proporção de domicílios chefiados por mulheres sem a presença do cônjuge. Se em 2002 elas comandavam 25,5% do total de residências do país, em 2009 eram responsáveis por mais de 35%. Diversos estudos recentes têm revelado que a associação da cor da pele com o sexo feminino é motivo de dupla discriminação.

Legalmente falando, a mulher trabalhadora possui, nos dias de hoje, os benefícios da licença-maternidade, salário-maternidade e garantia de emprego quando grávida e, como a criação do programa Empresa Cidadã, em 2008, tornou-se possível prorrogar a licença em 60 dias, passado para 180 dias, entretanto, ainda é uma faculdade do empregado e não da mulher.

Resta, portanto, que ressaltar que o amplo acesso a creches poderia aliviar a carga da maternidade para mulheres trabalhadoras e estudantes, já que o recurso

⁹ O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010, Rio de Janeiro, 2011.

tratado garante uma vida digna não apenas para as mães, mas para as crianças, figurando como direito fundamental, previsto constitucionalmente, mas também na Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

De acordo com a pesquisa Data Popular/SOS Corpo¹⁰, sobre “Creche como demanda das mulheres por políticas públicas”, apontou que: • a falta de vagas em creches é um grave problema vivido em todas as 9 regiões metropolitanas pesquisadas, mais o Distrito Federal. • 88% das mulheres entrevistadas apontam a creche como uma das principais demandas ao poder público. • 45% das mulheres que trabalham não têm ajuda para cuidar dos filhos. • 34% das entrevistadas apontam que encontrar vaga em creche é a principal dificuldade para as mulheres que trabalham.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres inativas são, portanto, mais sozinhas e contam com um peso adicional de responsabilidade familiar por ainda possuírem mais filhos de idades mais novas do que os homens inativos. (IPEA, 2016)

Esse contexto certamente se impõe como uma dificuldade adicional para que as mulheres consigam equacionar a necessidade de responder às responsabilidades familiares impostas quase que com exclusividade a elas e o desejo ou a necessidade de entrarem no mercado de trabalho. Não há dúvidas de que diversos outros fatores contribuem para conformar este quadro de maior inatividade feminina. Estes aqui apontados, porém, já são capazes de indicar como a desigual distribuição do trabalho de cuidados pune as mulheres e, particularmente, as mulheres negras nas possibilidades e condições de participação na economia. (IPEA, 2016, p. 7).

O preconceito em relação a mulher leva em conta não apenas o gênero feminino, apesar de principal, sua origem, cor, idade, orientação sexual e, pior ainda, o estado civil alimentam a discriminação, grande dificuldade da mulher que trabalha e estuda.

Considerações finais

¹⁰ Pesquisa por amostragem realizada em 2012, nas regiões metropolitanas de Pernambuco, Pará, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

Garantir a mulher opções sobre seus corpos e vidas é consolidar o Estado laico, ratificar a democracia, além de assegurar os direitos sexuais, reprodutivos, e da saúde da mulher.

As mulheres brasileiras grávidas de forma indesejada, seja contra suas vontades ou planos, continuarão se submetendo a abortos clandestinos e inseguros, estes, de forma ainda pior, não acessível a todas as classes sociais.

Isso quer dizer que mulheres continuarão morrendo ou vivendo com sequelas, físicas ou mentais, em decorrência da cultura do machismo, do conservadorismo e dos dogmas religiosos que preferem mulheres como vítimas do sistema à seres humanos saudáveis e impedidas de um futuro digno.

Não dar a opção de decisão sobre o próprio corpo às mulheres é um atentado à democracia, à cidadania, aos direitos humanos, além de que vai contra toda uma coletividade que não pode mais arcar sozinha com as consequências diante das amarras do preconceito perpetuado pelo Estado.

O Estado precisa se organizar e discutir políticas públicas para mulheres que necessitam retornar ou inserir-se no mercado de trabalho e estudo, buscando não excluí-las da possibilidade de um futuro seguro.

São muitos os casos de mulheres excluídas da vida acadêmica e profissional, reforçando o sentimento de que a sociedade odeia mulheres, mas odeia ainda mais mães, deixando-as sem opções e perspectivas, além da ignorância e egoísmo diante de vidas que já existem e existirão.

Não basta existir empatia com o feto, é necessário que haja piedade com as crianças e mães vítimas do sistema opressor patriarcal. O Estado e a sociedade não são pró-vida, como se auto-intitulam.

São, na verdade, pró-nascimento, já que defendem a concepção e ignoram a criança na rua com fome e sem educação decente, a mãe fora do mercado de trabalho e estudo e, claro, todas as outras formas de violência que se conhece, mas que prefere desprezar.

Referências

ARNAUD, Livia Kraused. **Mulheres e Abortos: Negociando Moralidades**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BARROSO, Marcela Maria Gomes Giorgi. **Aborto no Poder Judiciário: o caso da ADPF 54**. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Largo de São Francisco, 2010.

BASSO, Samanta; CARDINAL, Mirela Frantz; PIERRY, Larissa Goya; ROMIO, Caroline Matos; ROSO, Adriane. **Saúde Mental das Mulheres e aborto induzido no Brasil**. Psic. Rev. São Paulo, volume 24, n.1, 61-81, 2015. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/viewFile/24229/17439>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BOEMER, M, & MARIUTTI, M. (2003). **A mulher em situação de abortamento: um enfoque existencial**. Revista Escola de Enfermagem USP. São Paulo, 37(2), 59-71. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342003000200008>. Acesso em: 23/09/2016.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23/09/2016.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **20 anos de pesquisas sobre aborto no Brasil – Brasília** : Ministério da Saúde, 2009.

_____. Senado Federal. Comissão de Direitos Humanos. **Estatísticas do Aborto**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=cb60d9e7-b40d-4395-b03e-18623fe770e9;1.0>. Acesso em: 23/09/2016.

Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir E Erradicar A Violência Contra A Mulher, 1994. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>. Acesso em: 23/09/2016.

DAGNINO, Evelina. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania.** In:_____. Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-118.

DESCARRIES, Francine. “**Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Québec**”. In: Labrys, estudos feministas. Brasília: UnB, número 1-2, julho/dezembro, 2002.

DINIZ, D. **Aborto e saúde pública no Brasil.** Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p, 1992-1993. set. 2007.

D’OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; FALCÃO, Maria Thereza Couto Falcão; FIGUEIREDO, Wagner dos Santos; SCHRAIBER, Lilia Blima. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. **Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil.** Soc. estado., Brasília , v. 29, n. 2, p. 433-447, Aug. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23/09/2016.

IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Nº 22. IPEA: Brasília, 2014. _____. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014.** Nota técnica nº 24. IPEA: Brasília, março de 2016. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/Noticias/Mulher_e_trabalho_marco_2016.pdf.> Acesso em 11/07/2016.

ONU MULHERES. **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010.** Cepia, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/computador/Downloads/mulheres_mercado_andrade.pdf>. Acesso em: 23/09/2016.

PIMENTEL, Silvia; VILLELA, Wilza. **Um pouco da história da luta feminista pela descriminalização do aborto no Brasil.** Cienc. Cult. vol.64 no.2 São Paulo Abr./Jun, 2012. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252012000200010&script=sci_arttext . Acesso em: 23/09/2016.

PIOVESAN, Flávia. **Igualdade de gênero na Constituição Federal: os direitos civis e políticos das mulheres no Brasil.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-igualdade-de>>

genero-na-constituicao-federal-os-direitos-civis-e-politicos-das-mulheres-do-brasil> Acesso em: 22/09/2016.

SYDOW, E. et al. **A história de oito mulheres criminalizadas por aborto**. 2011. Disponível em: <http://www.aads.org.br/arquivos/Projeto02.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.